CPA Trading S.A.

e Empresas Controladas | CNPJ nº 05.203.519/0001-90 - Sarandi - PR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2021

Em cumprimento às disposições vigentes da legislação societária, submetemos a apreciação dos acionistas o relatório de administração, referente às atividades desenvolvidas pela CPA Trading S.A, e que a seu tempo, acompanhará as demonstrações financeiras consolidadas da companhia juntamente com o parecer dos auditores independentes referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. **1. Desempenho dos Negócios: 1.1 Mercado Interno CPA Trading S.A.:**

Produto	Exercício 2020	Exercício 2021	Variação
	Volume (m3)	Volume (m3)	%
Etanol Hidratado	481.246	422.147	-12,28%
Etanol Anidro	219.771	221.776	0,91%
Etanol Total	**701.017**	**643.923**	**-8,14%**

Durante o ano de 2021, a área de cultivo de cana de açúcar foi fortemente afetada por eventos climáticos que comprometeram o rendimento das lavouras canavieiras. Baixos índices pluviométricos e geadas proporcionaram uma quebra de safra importante no Centro-Sul, mais notadamente no Estado do Paraná. Com menos matéria-prima e redução da produção, os preços do etanol hidratado foram elevados, o que levou a perder competitividade frente a gasolina. Como resultado, demanda maior por gasolina C e consequentemente por etanol anidro. A quebra de safra exigiu um esforço extra para os produtores. Houve um movimento firme em direcionar uma parte maior da matéria prima na produção de etanol anidro, como forma de garantir o abastecimento de combustível durante o período. Como efeito de eventos da quebra de safra, elevação dos preços internacionais do petróleo e câmbio, foi observado uma valorização importante nos preços tanto do etanol anidro, quanto no hidratado. Durante o ano os preços atingiram, nominalmente, máximas históricas. **1.2 Movimentação de Produtos CPA Armazéns Gerais Ltda:**

Produto/Terminal	Quantidade	Exercício 2020	Exercício 2021	Variação
	Unidade	Volume	Volume	%
Granéis Sólidos	Ton	2.314.149	2.193.334	-5,22%
Granéis Líquidos	m³	1.103.951	1.083.437	-1,86%
Total		**3.418.100**	**3.276.771**	**-4,13%**

Terminal de Sólidos - O ano de 2021 foi um ano desafiador para os terminais logísticos, a safra de açúcar sofreu com a seca e as geadas, houve atraso no início da safra de soja e quebra histórica na safra de milho. Esse cenário impactou diretamente a movimentação do terminal, resultando numa redução na movimentação de grãos e na manutenção da movimentação do açúcar. As reduções nos volumes movimentados de grãos foram compensadas pelas demandas por armazenagem de açúcar, que garantiram incremento no faturamento do terminal. **Terminal de Líquidos:** O ano de 2021 continuou sofrendo os impactos da pandemia. Restrições de locomoção, inflação e preços elevados, afetaram fortemente a demanda por combustíveis, principalmente de ciclo Otto. Todos esses fatores, resultaram numa leve redução na movimentação do terminal no ano de 2021. Também no terminal de líquidos, o incremento no faturamento foi obtido por novos contratos e demanda adicional de armazenagem. **1.3 CPA Comércio de Combustíveis Ltda:**

Produto	Exercício 2020	Exercício 2021	Variação
	Volume (m3)	Volume (m3)	%
Combustíveis	**12.574.846**	**14.075,342**	**11,93%**

Apesar de retração de demanda por combustíveis em 2021, tivemos, no decorrer do ano uma elevação importante de participação no mercado. Ações de compra diárias de combustíveis, com estratégias de tendências mercadológicas de movimentação de preços, resultaram na obtenção de preços final mais competitivos e melhores margens. Este diferencial atrelado as boas práticas de atendimento, fortalecimento da marca quanto a qualidade, segurança operacional, foram diferenciais cruciais para crescimento de volumes e resultados, num período negativo do mercado. **2. Agradecimentos:** Mantendo o objetivo de excelência de serviços, de manutenção da rentabilidade e dos ganhos para os nossos acionistas e clientes, agradecemos o esforço e a dedicação de todos os nossos colaboradores durante o ano de 2021.

Sarandi, 05 de abril de 2022

Ayrton Carlos Berg Junior - Diretor Executivo

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	1.210	1.335	5.456	12.437
Contas a receber de clientes (Nota 7)	255	429	3.232	5.620
Estoques (Nota 8)	-	-	1.318	2.634
Impostos a recuperar	145	145	391	453
Outros créditos (Nota 9)	7	27	708	1.634
	1.617	**1.936**	**11.105**	**22.778**
Não circulante				
Impostos a recuperar	-	-	2.269	2.409
Partes relacionadas (Nota 10)	4.369	5.833	4.369	5.833
Outros créditos (Nota 9)	131	106	206	272
Investimentos (Nota 12)	18.372	98.553	344	395
Imobilizado (Nota 13)	18.920	20.445	38.740	122.609
Intangível (Nota 14)	2	7	5.810	5.965
	41.794	**124.944**	**51.738**	**137.483**
Total do ativo	**43.411**	**126.880**	**62.843**	**160.261**

	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Circulante				
Fornecedores (Nota 15)	1	1	511	1.167
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	1.825	1.816	1.913	3.168
Obrigações sociais e trabalhistas	278	99	702	3.323
Obrigações tributárias (Nota 17)	118	62	1.533	2.965
Adiantamento de clientes	-	-	-	246
Outras contas a pagar (Nota 18)	7.189	696	9.759	1.805
Dividendos a pagar (Nota 19 (e))	2.032	5.679	2.032	5.679
	11.443	**8.353**	**16.450**	**18.353**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	2.510	4.083	2.819	6.275
Tributos diferidos (Nota 24(a))	18	17	3.932	11.514
Outras contas a pagar (Nota 18)	-	-	10.202	9.694
Passivo a descoberto	-	2	-	-
	2.528	**4.102**	**16.953**	**27.483**
Patrimônio líquido (Nota 19)				
Capital social	16.835	101.181	16.835	101.181
Reserva de capital	47	47	47	47
Reserva legal	4.112	4.112	4.112	4.112
Reserva de lucros	8.446	9.085	8.446	9.085
	29.440	**114.425**	**29.440**	**114.425**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**43.411**	**126.880**	**62.843**	**160.261**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

			Reserva de Lucros			
	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva para retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**101.181**	**47**	**3.088**	**9.497**	**-**	**113.813**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	20.474	20.474
Reserva legal (Nota 19(c))	-	-	1.024	-	(1.024)	-
Distribuição de dividendos (Nota 19(e))	-	-		(9.497)	(5.503)	(15.000)
Reserva de lucros para apreciação na AGO	-	-	-	9.085	(9.085)	-
Dividendos propostos (Nota 19(e))	-	-		-	(4.862)	(4.862)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**101.181**	**47**	**4.112**	**9.085**	**-**	**114.425**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.131	8.131
Distribuição de dividendos (Nota 19(e))	-	-	-	(11.600)	-	(11.600)
Reserva de lucros para apreciação na AGO	-	-	-	6.099	(6.099)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 19(e))	-	-	-	-	(2.032)	(2.032)
Reversão de dividendos propostos 2020	-	-	-	4.862	-	4.862
Cisão parcial (Nota 1(b))	(84.346)		-	-	-	(84.346)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**16.835**	**47**	**4.112**	**8.446**	**-**	**29.440**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Operações continuadas				
Receita líquida de vendas de serviços e produtos (Nota 20)	2.898	2.477	248.075	149.054
Custo dos serviços e produtos: Terceiros (Nota 21)	(788)	(730)	(223.261)	(115.539)
Lucro bruto	2.110	1.747	24.814	33.515
Receitas (despesas) operacionais				
Comercial (Nota 21)	(860)	(787)	(893)	(724)
Administrativas e gerais (Nota 21)	(436)	(509)	(5.364)	(8.436)
Outras receitas(Despesas) operacionais (Nota 22)	(7.639)	1.266	(7.718)	5.636
Equivalência patrimonial (Nota 12(b))	15.742	19.302	(1)	(3)
	8.607	**19.272**	**(13.976)**	**(3.527)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro	8.917	21.019	10.838	29.988
Resultado financeiro				
Despesas financeiras (Nota 23)	(633)	(706)	(1.849)	(1.749)
Receitas financeiras (Nota 23)	782	851	1.048	1.258
Variações monetárias e cambiais, líquidas (Nota 23)	-	-	(16)	(569)
	149	**145**	**(817)**	**(1.060)**
Lucro antes dos impostos e contribuições	9.066	21.164	10.021	28.928
Imposto de renda e contribuição social (Nota 24 (b))	(935)	(690)	(1.890)	(8.454)
Lucro líquido do exercício	**8.131**	**20.474**	**8.131**	**20.474**
Quantidade de ações (em milhares)	158.237	158.237		
Lucro liquido (básico e diliúdo) do exercício por milhares de ações	**51,38**	**129,39**		

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em milhares de reais

	Controladora e Consolidado	
	2021	**2020**
Lucro líquido do exercício	8.131	20.474
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	8.131	20.474

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	9.066	21.164	10.021	28.928
Ajustes de				
Depreciação e amortização (Nota 13 e 14)	8	14	346	4.849
Ganho de equivalência patrimonial (Nota 12 (b))	(15.742)	(19.302)	1	3
Baixa de ágio (goodwill)	1.976	-	1.976	-
Encargos financeiros, provisionados	(188)	(68)	685	1.887
Resultado por venda de ativo permanente	(1.462)	(1.233)	(1.462)	-
Aumento (diminuição) das contas do ativo:				
Contas a receber	174	(34)	2.388	1.354
Estoques	-	-	1.316	(365)
Impostos a recuperar	-	(3)	202	(2.117)
Adiantamento diversos	-	-	373	(60)
Despesas antecipadas	(3)	-	369	61
Outros ativos de curto e longo prazo	(2)	(61)	1.713	1.655
Aumento (diminuição) das contas do passivo:				
Fornecedores	-	(5)	(656)	(4)
Obrigações sociais e trabalhistas	179	(14)	(2.620)	(797)
Obrigações tributárias	56	2	(1.432)	1.552
Adiantamento de clientes	-	-	(246)	(1.074)
Outros passivos de curto e longo prazo	6.400	(33)	8.337	1.118
Caixa gerado nas operações	**462**	**427**	**21.311**	**36.990**
Imposto de renda e contribuição social pago	(934)	(689)	(1.777)	(7.327)
Pagamento juros sobre empréstimo e financiamento (Nota 16 (g))	(541)	(591)	(584)	(1.015)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(1.012)**	**(815)**	**18.950**	**28.648**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aporte de capital em investidas (Nota 12 (c))	(5.201)	(3.421)	-	(50)
Recebimento por venda de ativo permanente (Nota 12 (c))	2.998	1.539	2.998	-
Aplicações em bens do ativo imobilizado (Nota 14)	(14)	(8)	(5.285)	(5.530)
Recebimento de lucros	14.800	17.400	-	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	**12.582**	**15.510**	**(2.287)**	**(5.580)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos obtidos	-	-	20	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos (Nota 16 (g))	(1.603)	(1.595)	(1.713)	(3.938)
Pagamento de dividendos	(12.325)	(19.658)	(12.325)	(19.658)
Mútuo com partes relacionadas	-	(111)	-	-
Recebimento de mútuos	2.233	2.439	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(11.695)**	**(18.925)**	**(14.018)**	**(23.596)**
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(125)**	**(4.268)**	**2.645**	**(528)**
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício	**1.335**	**5.603**	**12.437**	**12.965**
(-) Redução de caixa pela cisão parcial (Nota 1 (b))	-	-	(9.626)	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**1.210**	**1.335**	**5.456**	**12.437**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: (a) Considerações gerais: A CPA Trading S.A. (a "Companhia") foi constituída em 11 de julho de 2002, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, tendo por objetivo a compra, para fim específico de produtos para exportação, sob o regime do Decreto-lei nº 1.248, de 29 de dezembro de 1972, o exercício de representação comercial, distribuição, corretagem, comissão, importação, prestação de serviços de organização logística em geral, de gestão de vendas, de transporte rodoviário de carga e outros afins, compra para revenda ou qualquer outra forma de participação na comercialização, no mercado interno brasileiro ou no mercado internacional, de quaisquer mercadorias e produtos primários, semielaborados ou manufaturados, inclusive, mas não se limitando a insumos utilizados na produção agroindustrial e álcool etílico a granel, em qualquer de suas formas químicas e misturas, para fins carburantes ou não. Em função das características da comercialização de álcool nos mercados interno e externo, bem como para atender os interesses das controladas em relação ao ingresso de divisas resultantes da comercialização de álcool no mercado externo, a CPA Trading conta com 6 controladas (conjuntamente "Grupo" ou "Consolidado") tendo cada uma delas funções específicas. Os objetos sociais das controladas e controladas em conjunto estão apresentados a seguir: (i) CPA International Trading Ltd.: com sede nas Ilhas Virgens Britânicas - Reino Unido, tem por objeto social a importação e exportação de etanol. (ii) CPL - Central Paranaense de Logística S.A.: com sede em Sarandi - Paraná - Brasil, tem como objeto social o transporte dutoviário de álcool e outros derivados de petróleo. Essa controlada foi constituída em 25 de maio de 2010 e encontra-se em fase pré-operacional, sem estimativas para início de operação. O controle da Companhia é exercido de forma compartilhada pelas acionistas. (iii) CPA Comércio de Combustíveis Ltda.: com sede em Marialva - Paraná - Brasil, tem como objeto social o comércio varejista de derivados de petróleo, e foi adquirida na totalidade de suas quotas em 11 de maio de 2012, em 2018 o Posto alterou a razão social para CPA Comércio de Combustíveis Ltda. (iv) A controlada Serra Azul Administradora de Bens Ltda., foi adquirida na totalidade de suas quotas pela CPA Armazéns Gerais Ltda., e posteriormente transferida para CPA Trading através de redução de capital efetivada em 16 de dezembro de 2020, a qual demonstrou interesse pelos ativos da referida empresa, que são constituídos por três terrenos que juntos totalizam 5.091,90 m² localizado na cidade de Paranaguá - Paraná, Brasil. Em 2019 acrescentou em suas atividades a compra e venda de imóveis próprios.. (v) A controlada CPA Intermediação e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda., foi constituída em outubro de 2019, com o ramo de atividade de comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários, com sede na Cidade de Sarandi - PR, à Av. Castelo Branco, 800, Sala 05 Lote 199-A. (vi) O Auto Posto P2 Comércio de Combustíveis Ltda, tem como objeto social o comércio varejista de derivados de petróleo, foi adquirida na totalidade de suas quotas pelo CPA Comércio de Combustíveis Ltda., sua atual controladora, em 28 de julho de 2020, localizado na cidade de Maringá - Paraná, Brasil. **(b) Cisão parcial:** Em Janeiro de 2021, a CPA Trading S.A. fez uma cisão parcial cindindo 99,99% do investimento que detinha na CPA Armazéns Gerais Ltda, onde foi criada a CPA Holding Participações S.A. que participa com 99,99% da CPA Armazéns Gerais, conforme 26ª alteração contratual. Também foi cindido R$ 84.346 do capital social da CPA Trading, conforme demonstrado abaixo no acerto líquido cindido. Com esse evento, a partir do exercício de 2021, a CPA Armazéns não será mais consolidada na CPA Trading, fato que provoca grande variação nas demonstrações consolidadas. **Acervo líquido cindido:**

Ativo	Valor	Passivo	Valor
Não Circulante	**84.346**	**Patrimônio Líquido**	**84.346**
Investimentos	84.346	Capital Social	84.346
Total do ativo	**84.346**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**84.346**

Exceto pelo valor de R$9.626 referente ao caixa adquirido na cisão, o saldo remanescente de R$74.720 que foi integralizado via cisão parcial, não impacta na demonstração do fluxo de caixa. **(c) Situação de capital circulante líquido negativo:** Em 31 de dezembro 2021, a Companhia e o Grupo apresentavam capital circulante líquido negativo no valor de R$ 9.826 e R$ 5.345 respectivamente (2020 - R$ 6.417 negativo e R$ 4.425 positivo). Conforme estimativas da Administração, a necessidade de capital será coberta pela geração de caixa operacional da Companhia e suas controladas, bem como pela retenção do pagamento de obrigações com acionistas e com recursos das empresas relacionadas do Grupo CPA, em caso de necessidade. **(d) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Companhia instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. A extensão dos impactos da COVID-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais novas restrições impostas pelos governos. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas, que deste o início da pandemia o Grupo não foi afetada de forma direta provocando variações ativas ou passivas em virtude da COVID-19. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2022. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **(a) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **(b) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021: • **Reforma da IBOR** - Fase 2: alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 -"Instrumentos Financeiros", ao CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao CPC 11 "Contratos de Seguros". A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pelo Grupo, com relação a: **(i) Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros:** permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desreconhecimento do contrato e, consequentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior. **(ii) Relações de *hedge***: a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício. **Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento**: alterações ao CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrentamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos para o Grupo. **2.2.1 Normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • **Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros", IFRS 4 "Contratos de Seguro e IFRS 16 "Arrendamentos":** as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2021. Os contratos do Grupo vinculados a EURIBOR e LIBOR estão sendo revistos entre as partes e serão atualizados pelas respectivas taxas alternativas divulgadas, acrescidas de spread. A administração estima que os fluxos de caixa atualizados serão economicamente equivalentes aos originais, e não tem expectativa de impactos materiais relacionados a essa substituição. • **Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado"**: em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. • **Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. • **Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios"**: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022. • **Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020**: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022: (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. A administração prevê que as normas citadas acima não terão impacto material sobre as demonstrações financeiras da Empresa. **2.3 Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **(a) Controladas:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. **(b) Empreendimentos controlados em conjunto:** Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado. Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas *joint ventures* são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. A CPL - Central Paranaense de Logística S.A. é controlada compartilhado com os demais acionistas participantes da empresa. **(c) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem saldos de ativo, passivo, receitas e despesas das seguintes investidas:

	Participação no capital social - %
Controladas Diretas:	
CPA Armazéns Gerais Ltda. (somente até 2020)	100%
CPA International Trading Ltd.	100%
CPA Comércio de Combustíveis Ltda	100%
CPA Intermediação e Comércio de Produtos Agrop. Ltda	100%
Serra Azul Administradora de Bens Ltda	100%
Controladas Indiretas:	
Auto Posto P2 Comércio de Combustíveis Ltda.	100%

2.4 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **(b) Operações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, fornecedores, clientes e partes relacionadas são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.5 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. **2.6 Ativos financeiros: 2.6.1 Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Atualmente os ativos são classificados ao custo amortizado. **2.6.2 Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **2.6.3 Mensuração:** No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido,no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **2.6.4 Impairment:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.7 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.8 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **2.9 Ativos intangíveis: (a) Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em três anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software,* incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software.* Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos e outros intangíveis conforme prazo do contrato. **(b) Ágio:** O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. **2.10 Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, armazéns e sedes administrativas. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	25-60
Máquinas	10-25
Veículos	3-5
Móveis, utensílios e equipamentos	10-15

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.11). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.11 *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. **2.12 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.13 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.14 Provisões:** As provisões para e ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: o Grupo tenha uma obrigação presente ou não formalizada *(constructive obligation)* como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as controladas e coligadas da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **2.16 Benefícios a empregados: Participação nos lucros:** O Grupo reconhece uma provisão mensal de um passivo e uma despesa de participação nos resultados calculados conforme acordo firmado com o sindicato da categoria. Este acordo estabelece regras e as metas as serem atingidas para que os colaboradores façam jus a este prêmio. **2.17 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.18 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre controladas do Grupo, quando se trata de contas consolidadas. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(a) Prestação de serviços:** O Grupo presta serviços de comissão e intermediação, no caso das comissões e intermediações, os serviços são reconhecidos com base no total de vendas de etanol das usinas para distribuidoras que são intermediadas pela Companhia. **(b) Venda de mercadorias:** A CPA International Trading Ltd., atua como comércio atacadista de venda de etanol hidratado, onde é reconhecida no momento da emissão da nota fiscal. O posto CPA Comércio de Combustíveis Ltda e Auto Posto Comércio de Combustíveis Ltda, também atua como comércio varejista de derivados de petróleo, onde a receita é reconhecida no momento do abastecimento/emissão do cupom fiscal. **(c) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. **2.19 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicada, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. **(a) Imposto de renda e contribuição social:** O Grupo reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais no período em que o valor definitivo for determinado. **(b) Vida útil dos ativos:** Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Resolução CFC nº 1.263/09, a Companhia prepara análises periódicas, suportadas por laudo de avaliadores independentes com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades do Grupo a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada de forma corporativa pelo Grupo que estabelece os princípios para a gestão do risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. O Grupo não tem como política o uso de instrumentos financeiros derivativos. **(a) Risco de mercado: (i) Risco cambial:** O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposição basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais ativas reconhecidas e investimentos líquidos em operações no exterior, todavia estas operações são comumente feitas com "pré-pagamentos" e contratos de prestação de serviços. No exercício de 2021 as empresas brasileiras do Grupo CPA não fizeram operações com o exterior, sendo assim não teve exposição ao risco cambial. **(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às Taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política do Grupo é a de manter aproximadamente 100% de seus empréstimos com pagamento em taxa de juros fixa. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração do Grupo. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma corporativa pelo Grupo que monitora as previsões continua...

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Michio Lugoboni.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código DE41-9093-CE31-E0C6.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/DE41-9093-CE31-E0C6 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: DE41-9093-CE31-E0C6

Hash do Documento

5C0D54E948234922929AD05EE0958BB9D44D0BCC7E9FD85DCB54629CC857904B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 05/04/2022 é(são) :

- angelo Lugoboni - 061.612.029-05 em 05/04/2022 08:22 UTC-03:00
  Nome no certificado: Catedral Editora Comunicacao Propaganda E Pesquis
  Tipo: Certificado Digital - CATEDRAL EDITORA COMUNICACAO PROPAGANDA E PESQUIS - 34.263.987/0001-59